

TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E IMAGINÁRIOS: COLONIALIDADE, MEMÓRIA E EXPLORAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O ACRE BRASILEIRO E A PATAGÔNIA ARGENTINA

PERIPHERAL TERRITORIES AND IMAGINARIES: COLONIALITY, MEMORY, AND TERRITORIAL EXPLORATION BETWEEN THE BRAZILIAN ACRE AND ARGENTINE PATAGONIA

 <https://doi.org/10.63330/armv2n7-008>

Submetido em: 17/07/2026 e Publicado em: 22/07/2026

ARM: e261968

Flávia Roberta Nocchi

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6939246204371750>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1062-527X>

Resumo

A constituição dos Estados nacionais latino-americanos esteve profundamente associada à incorporação de territórios considerados periféricos, frequentemente representados como espaços vazios, inexplorados ou insuficientemente ocupados. Nesse contexto, este artigo analisa comparativamente os processos históricos de formação territorial do Acre brasileiro e da Patagônia argentina, especialmente da região de Viedma e Carmen de Patagones, buscando compreender como esses espaços foram incorporados aos projetos nacionais mediante dinâmicas de colonialidade, violência territorial e produção de imaginários políticos sobre as fronteiras. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, dialogando com autores da teoria decolonial, da geografia crítica e da ecologia política latino-americana. Argumenta-se que tanto o Acre quanto a Patagônia foram historicamente concebidos como territórios periféricos destinados à expansão econômica, à consolidação da soberania estatal e à exploração de recursos naturais, legitimando processos de expropriação dos povos originários e permanências coloniais que ainda estruturam conflitos territoriais contemporâneos. Conclui-se que as atuais disputas envolvendo terras indígenas, conservação ambiental e neoextrativismo revelam a continuidade das racionalidades coloniais sob novas formas de desenvolvimento, reafirmando a centralidade da memória, da territorialidade e das resistências indígenas na construção de alternativas decoloniais para a América Latina.

Palavras-chave: Acre; Colonialidade; Patagônia; Povos indígenas; Territorialidade.



Abstract

The formation of Latin American nation-states was deeply associated with the incorporation of peripheral territories, frequently represented as empty, unexplored, or insufficiently occupied spaces. This article comparatively analyzes the historical processes of territorial formation in the Brazilian state of Acre and Argentine Patagonia, particularly the regions of Viedma and Carmen de Patagones, seeking to understand how these spaces were incorporated into national projects through dynamics of coloniality, territorial violence, and the production of political imaginaries surrounding borderlands. The study adopts a qualitative approach based on bibliographic review and documentary analysis, engaging with decolonial theory, critical geography, and Latin American political ecology. It argues that both Acre and Patagonia were historically conceived as peripheral territories destined for economic expansion, state sovereignty, and the exploitation of natural resources, legitimizing the dispossession of Indigenous peoples and reproducing colonial structures that continue to shape contemporary territorial conflicts. The article concludes that current disputes involving Indigenous lands, environmental conservation, and neo-extractivism reveal the persistence of colonial rationalities under new development paradigms, reinforcing the centrality of memory, territoriality, and Indigenous resistance in constructing decolonial alternatives for Latin America.

Keywords: Acre; Coloniality; Indigenous peoples; Patagonia; Territoriality.

1 INTRODUÇÃO

A formação territorial da América Latina constitui um dos processos históricos mais complexos da modernidade ocidental, pois envolve a sobreposição entre projetos coloniais europeus, construção dos Estados nacionais, expansão capitalista e permanências das estruturas coloniais nas relações de poder. Muito além da simples definição de limites geográficos, a constituição dos territórios nacionais implicou disputas políticas, militares, econômicas e simbólicas que transformaram profundamente as formas de ocupação do espaço e as relações estabelecidas entre Estado, natureza e povos originários.

Nesse contexto, a colonialidade do poder, conceito formulado por Quijano (2005), permite compreender que a independência política dos países latino-americanos não significou a superação das estruturas coloniais. Ao contrário, a lógica colonial permaneceu organizando hierarquias raciais, econômicas, territoriais e epistêmicas que sustentaram os projetos de construção nacional ao longo dos séculos XIX e XX. Conforme observa o autor, a colonialidade constitui "o lado mais duradouro da modernidade", reproduzindo formas de dominação que extrapolam o colonialismo formal (Quijano, 2005).

A incorporação de territórios periféricos desempenhou papel central nesse processo. Em diferentes países latino-americanos, extensas regiões passaram a ser representadas como espaços vazios, atrasados ou selvagens, legitimando políticas de ocupação militar, expansão econômica e integração territorial. Tais



narrativas foram fundamentais para consolidar a soberania dos Estados nacionais e atender às demandas do capitalismo internacional por novas áreas de exploração de recursos naturais (Mignolo, 2005; Porto-Gonçalves, 2012).

Entre esses territórios destacam-se o Acre brasileiro e a Patagônia argentina. Embora situados em extremos opostos da América do Sul, ambos compartilham trajetórias históricas marcadas pela condição de fronteiras estratégicas, pela presença ancestral de povos indígenas, pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela construção de imaginários nacionais que os apresentavam como espaços destinados à civilização e ao progresso.

O Acre foi incorporado ao território brasileiro em decorrência das disputas geopolíticas envolvendo Brasil, Bolívia e os interesses econômicos ligados ao ciclo da borracha. A intensa migração de trabalhadores nordestinos, a expansão dos seringais e a posterior assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, consolidaram a presença brasileira na região, ao mesmo tempo em que provocaram profundas transformações nas formas tradicionais de ocupação da floresta e intensificaram os processos de expropriação territorial dos povos indígenas (Martinello, 1988).

De forma semelhante, a Patagônia argentina foi integrada ao projeto nacional por meio da denominada Conquista do Deserto, campanha militar conduzida pelo Estado argentino entre as décadas de 1870 e 1880, que resultou na ocupação de extensos territórios indígenas, especialmente dos povos Mapuche e Tehuelche. Sob o discurso da civilização e da necessidade de assegurar a soberania nacional, consolidou-se um amplo processo de militarização das fronteiras, redistribuição fundiária e expansão do capitalismo agrário (Svampa, 2019).

Mais do que simples episódios históricos, tais processos revelam mecanismos semelhantes de produção da territorialidade estatal. Em ambos os casos, o território foi concebido como recurso estratégico para a expansão econômica e para a consolidação dos projetos nacionais, enquanto as populações originárias passaram a ser tratadas como obstáculos ao progresso ou invisibilizadas pelos discursos oficiais. Conforme observa Mignolo (2005), a modernidade latino-americana somente pode ser compreendida em articulação com sua face oculta: a colonialidade.

A presente pesquisa parte justamente dessa aproximação histórica entre Acre e Patagônia para investigar como esses territórios foram produzidos material e simbolicamente pelos Estados nacionais. Busca-se compreender de que maneira os imaginários nacionais sobre fronteiras, vazios demográficos, civilização e desenvolvimento legitimaram práticas de ocupação territorial que permanecem influenciando os conflitos contemporâneos envolvendo povos indígenas, exploração ambiental e soberania.

Diferentemente de estudos que analisam essas regiões de forma isolada, este trabalho propõe uma leitura comparativa sustentada pelas contribuições da teoria decolonial, da geografia crítica e da ecologia política latino-americana. Essa abordagem permite identificar permanências estruturais da colonialidade na



produção dos territórios periféricos, evidenciando que a Amazônia acreana e a Patagônia argentina constituem expressões distintas de um mesmo projeto histórico de integração subordinada ao capitalismo global.

Sob essa perspectiva, defende-se a tese de que Acre e Patagônia foram historicamente construídos como fronteiras periféricas de exploração econômica, incorporadas aos Estados nacionais mediante violência territorial, produção de imaginários sobre espaços vazios e subordinação dos povos originários, cujos efeitos permanecem presentes nas disputas territoriais, ambientais e políticas da América Latina contemporânea.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvido a partir da perspectiva comparativa entre duas regiões latino-americanas historicamente inseridas em contextos distintos, mas atravessadas por dinâmicas semelhantes de expansão estatal, apropriação espacial e exploração econômica: o Acre brasileiro e a Patagônia argentina, com ênfase nas cidades de Viedma e Carmen de Patagones.

A opção pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de compreender os significados históricos, políticos e culturais atribuídos a esses espaços ao longo do processo de formação dos Estados nacionais. Mais do que identificar acontecimentos cronológicos, pretende-se interpretar como determinados discursos produziram representações sobre essas áreas, legitimando formas específicas de dominação e de reorganização das relações entre sociedade, natureza e poder.

O percurso metodológico fundamentou-se na análise de livros, artigos científicos, documentos históricos, legislações, tratados internacionais e produções acadêmicas voltadas à história regional, à geografia política, à ecologia política e aos estudos decoloniais. Também foram consultadas obras clássicas acerca da Revolução Acreana, da Conquista do Deserto e da formação territorial dos Estados brasileiro e argentino, permitindo estabelecer aproximações entre contextos historicamente distintos, sem desconsiderar suas particularidades.

A interpretação dos dados foi orientada pelo método histórico-comparativo, que possibilita identificar convergências e singularidades entre diferentes realidades sociais. Conforme observa Bloch (2001), a comparação constitui importante instrumento para compreender fenômenos históricos, pois permite evidenciar regularidades e especificidades que dificilmente seriam percebidas quando cada realidade é examinada isoladamente.

Sob esse enfoque, a comparação entre Acre e Patagônia não pretende estabelecer equivalências absolutas, mas evidenciar como diferentes projetos nacionais recorreram a estratégias semelhantes de expansão sobre regiões consideradas periféricas. A análise privilegia categorias como territorialidade,



fronteira, memória, colonialidade, imaginários nacionais e neoextrativismo, compreendidas como elementos articuladores das transformações ocorridas nessas duas regiões desde o século XIX até a contemporaneidade.

Do ponto de vista teórico, o estudo dialoga principalmente com a perspectiva da colonialidade do poder proposta por Quijano (2005), complementada pelas contribuições de Walter Mignolo (2005), Catherine Walsh (2013), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), Rogério Haesbaert (2004), Maristella Svampa (2019), Arturo Escobar (2014), Eduardo Gudynas (2015) e Alberto Acosta (2016). Esses referenciais possibilitam compreender que a expansão dos Estados nacionais não ocorreu apenas mediante ações militares ou administrativas, mas também pela produção de narrativas capazes de naturalizar desigualdades, invisibilizar populações indígenas e transformar determinados espaços em reservas permanentes de recursos naturais.

3 COLONIALIDADE, ESTADO-NAÇÃO E A PRODUÇÃO DAS PERIFERIAS LATINO-AMERICANAS

A consolidação dos Estados nacionais na América Latina não significou uma ruptura com a lógica instaurada durante o período colonial. Embora as independências tenham redefinido juridicamente as relações entre colônias e metrópoles, muitas das estruturas responsáveis pela organização política, econômica e social permaneceram praticamente intactas. A hierarquização racial, a concentração fundiária, a exploração intensiva da natureza e a marginalização dos povos indígenas continuaram organizando os projetos nacionais ao longo dos séculos XIX e XX.

É nesse contexto que Aníbal Quijano (2005) formula o conceito de **colonialidade do poder**, sustentando que a colonização não se encerrou com a independência política das antigas colônias. Segundo o autor, as formas de dominação construídas durante a expansão europeia foram incorporadas às instituições dos novos Estados, passando a estruturar as relações de produção, as classificações raciais e os próprios modos de produção do conhecimento. Dessa forma, a colonialidade não representa um período histórico específico, mas um padrão duradouro de poder que continua moldando a sociedade latino-americana.

Walter Mignolo (2005) amplia essa reflexão ao afirmar que a modernidade e a colonialidade constituem duas faces inseparáveis do mesmo fenômeno histórico. Para o autor, o desenvolvimento econômico europeu somente foi possível mediante a incorporação de extensas áreas do continente americano à economia mundial, transformando seus territórios em fornecedores de matérias-primas e suas populações em mão de obra subordinada. Assim, aquilo que frequentemente é apresentado como progresso ou civilização resulta, em grande medida, da apropriação desigual de riquezas, saberes e formas de vida produzidas fora da Europa.



Essa racionalidade também influenciou profundamente a organização espacial dos países latino-americanos. Durante o processo de consolidação das fronteiras nacionais, extensas regiões passaram a ser classificadas como áreas atrasadas, vazias ou pouco aproveitadas economicamente. Não se tratava de uma descrição objetiva da realidade, mas de uma construção política destinada a justificar projetos de expansão territorial e integração econômica.

Nesse aspecto, a categoria **fronteira** ultrapassa seu significado cartográfico. Como observa Martins (1997), a fronteira representa um espaço de encontro e, ao mesmo tempo, de conflito entre diferentes racionalidades sociais. É nela que se intensificam disputas pela terra, pela circulação de mercadorias, pelo controle dos recursos naturais e pela imposição de determinadas formas de organização do espaço. Mais do que uma linha divisória, a fronteira constitui um ambiente de permanente negociação entre projetos distintos de sociedade.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Rogério Haesbaert (2004), para quem o território não deve ser compreendido apenas como uma superfície delimitada pelo Estado, mas como resultado das múltiplas relações de poder que se estabelecem sobre determinado espaço. Diferentes grupos sociais produzem territorialidades próprias, frequentemente sobrepostas e conflitantes, revelando que um mesmo lugar pode assumir significados distintos conforme os sujeitos que nele vivem ou exercem influência.

Na América Latina, entretanto, as territorialidades indígenas raramente foram reconhecidas pelos projetos nacionais. Ao contrário, prevaleceu a ideia de que essas populações ocupavam áreas improdutivas ou insuficientemente exploradas. Essa narrativa permitiu transformar florestas, planícies, montanhas e rios em reservas estratégicas para o desenvolvimento econômico, convertendo espaços ancestrais em fronteiras agrícolas, polos minerais ou corredores de infraestrutura.

Milton Santos (2006) observa que a produção do espaço nunca ocorre de maneira neutra. Cada reorganização territorial expressa interesses econômicos, relações de poder e escolhas políticas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Sob essa ótica, a expansão das fronteiras latino-americanas representou menos um processo de integração nacional do que uma reorganização espacial orientada pelas necessidades do capitalismo internacional.

Essa interpretação dialoga diretamente com Porto-Gonçalves (2012), ao afirmar que a natureza passou a ser concebida como um estoque permanente de recursos destinados ao mercado global. Florestas, rios, montanhas e campos deixaram de ser compreendidos prioritariamente como espaços de vida para converterem-se em ativos econômicos passíveis de exploração, privatização e mercantilização. Nesse movimento, as populações tradicionais foram frequentemente deslocadas para permitir a implantação de projetos considerados estratégicos para o crescimento nacional.

É justamente nesse cenário que Acre e Patagônia adquirem relevância analítica. Embora separados por milhares de quilômetros e inseridos em ecossistemas radicalmente distintos, ambos foram incorporados



aos respectivos Estados mediante discursos que combinavam soberania nacional, progresso econômico e necessidade de ocupar regiões consideradas marginais. Em ambos os casos, a presença secular dos povos originários foi sistematicamente minimizada para reforçar a ideia de que aquelas áreas aguardavam a chegada da civilização.

Essas representações não desapareceram com o tempo. Ainda hoje, iniciativas relacionadas à mineração, ao agronegócio, à exploração energética e aos mercados de carbono frequentemente reproduzem argumentos semelhantes, embora adaptados ao vocabulário contemporâneo do desenvolvimento sustentável e da economia verde. Como alerta Maristella Svampa (2019), o neoextrativismo latino-americano constitui uma atualização das antigas formas de exploração colonial, preservando a dependência econômica das regiões periféricas e intensificando conflitos socioambientais.

Dessa maneira, compreender a trajetória histórica do Acre e da Patagônia exige ultrapassar a narrativa tradicional da expansão territorial. É necessário reconhecer que a formação desses espaços foi atravessada por disputas políticas, silenciamentos históricos e diferentes formas de resistência protagonizadas pelos povos indígenas. Somente a partir dessa perspectiva torna-se possível compreender por que muitos dos conflitos observados atualmente possuem raízes profundas na maneira como essas regiões foram incorporadas aos projetos nacionais.

4 POVOS ORIGINÁRIOS E TERRITORIALIDADES ANTES DA EXPANSÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

Muito antes da consolidação das fronteiras que hoje delimitam Brasil e Argentina, a Amazônia ocidental e a Patagônia constituíam universos culturais marcados por intensa diversidade étnica, circulação de pessoas, redes de intercâmbio e formas próprias de organização da vida coletiva. Ao contrário da imagem difundida durante os séculos XIX e XX, essas regiões jamais foram vazias. Eram habitadas por sociedades que desenvolveram sistemas sofisticados de manejo ambiental, produção de alimentos, organização política e construção simbólica da paisagem.

A ideia de "vazio", posteriormente utilizada para justificar a expansão dos Estados nacionais, corresponde muito mais a uma estratégia discursiva do que à realidade histórica. Conforme observa Mignolo (2005), a modernidade europeia produziu narrativas que classificavam determinados povos como atrasados ou inexistentes do ponto de vista político, tornando legítima sua subordinação. Essa invisibilização constituiu uma das principais ferramentas da colonialidade, pois permitiu transformar terras ocupadas havia séculos em áreas aparentemente disponíveis para novos projetos de exploração.

Na região atualmente correspondente ao Acre, viviam diversos povos indígenas pertencentes a diferentes famílias linguísticas, entre eles Huni Kuĩ (Kaxinawá), Ashaninka, Puyanawa, Nawa, Jaminawa, Manchineri, Apurinã e inúmeros grupos em isolamento voluntário. Cada um desses povos desenvolveu



formas particulares de relação com a floresta, organizando suas atividades econômicas, espirituais e políticas a partir da dinâmica dos rios, dos ciclos naturais e da circulação entre diferentes áreas da Amazônia.

Longe de representar um ambiente intocado, a floresta era continuamente transformada pela ação humana. Estudos arqueológicos e etnoecológicos demonstram que inúmeras espécies vegetais atualmente consideradas nativas foram selecionadas, cultivadas e disseminadas por populações indígenas ao longo de milhares de anos. Essa constatação rompe definitivamente com a antiga interpretação segundo a qual a Amazônia seria um cenário selvagem preservado apenas pela ausência da presença humana.

Nesse sentido, Eduardo Viveiros de Castro (2002) destaca que a relação estabelecida entre os povos amazônicos e o ambiente não pode ser compreendida a partir da tradicional oposição entre natureza e cultura, característica do pensamento ocidental. Para muitas sociedades indígenas, rios, animais, plantas e seres espirituais integram uma mesma rede de relações, na qual o território não corresponde simplesmente a uma base material de sobrevivência, mas constitui parte da própria identidade coletiva.

Ailton Krenak (2019) reforça essa compreensão ao afirmar que a separação entre humanidade e natureza representa uma construção típica da racionalidade moderna. Segundo o autor, os povos indígenas nunca perceberam a terra como mercadoria ou patrimônio passível de apropriação individual. O vínculo estabelecido com o ambiente fundamenta-se na reciprocidade, na memória e na continuidade da vida, razão pela qual a perda do território significa também o rompimento de referências culturais, espirituais e afetivas.

Essa percepção aproxima-se da concepção desenvolvida por Arturo Escobar (2014), para quem diferentes comunidades latino-americanas constroem verdadeiros "territórios de vida". Nessas experiências, o espaço vivido não pode ser reduzido a critérios econômicos ou administrativos, pois incorpora práticas culturais, conhecimentos tradicionais e formas específicas de pertencimento. Assim, defender o território significa preservar modos de existência construídos historicamente e transmitidos entre gerações.

Situação semelhante podia ser observada na Patagônia antes da consolidação do Estado argentino. Muito distante da imagem de um deserto despovoado, a região era ocupada por diferentes povos, entre eles Mapuche, Tehuelche e Ranquel, que mantinham intensas relações de circulação ao longo das planícies, dos vales e da Cordilheira dos Andes. Essas populações desenvolveram redes comerciais que conectavam áreas hoje pertencentes à Argentina e ao Chile, compartilhando produtos, técnicas, alianças políticas e conhecimentos sobre os diferentes ambientes da região.

A mobilidade constituía uma característica fundamental dessas sociedades. Diferentemente da concepção estatal moderna, baseada em limites fixos e fronteiras rigidamente definidas, os deslocamentos acompanhavam os ciclos climáticos, a disponibilidade de recursos naturais e as relações estabelecidas entre



diferentes grupos. Dessa forma, a ocupação do espaço era dinâmica e organizada segundo lógicas profundamente distintas daquelas posteriormente impostas pelos governos nacionais.

João Pacheco de Oliveira (2016) observa que a territorialidade indígena deve ser compreendida como um fenômeno histórico e relacional. Ela resulta das interações permanentes entre grupos humanos, ambientes naturais e processos culturais, não podendo ser confundida com a simples posse física de determinada área. Essa interpretação torna evidente o equívoco das narrativas oficiais que passaram a considerar esses povos como ocupantes ocasionais ou sem vínculos permanentes com as terras onde viviam.

No caso dos Mapuche, essa relação ultrapassava os aspectos materiais da existência. A montanha, os rios, os bosques e os animais integravam um universo cosmológico no qual natureza e espiritualidade permaneciam inseparáveis. O espaço era compreendido como um organismo vivo, dotado de significados religiosos, históricos e políticos. Consequentemente, qualquer intervenção externa representava não apenas uma perda econômica, mas uma ruptura nas bases que sustentavam a continuidade da vida comunitária.

Essa diversidade de experiências demonstra que tanto a Amazônia acreana quanto a Patagônia possuíam formas complexas de organização muito antes da chegada dos projetos nacionais de expansão. A representação dessas áreas como espaços vazios, difundida por autoridades governamentais, militares e intelectuais do século XIX, ignorava deliberadamente a existência dessas populações. Como destaca Quijano (2005), a colonialidade opera precisamente por meio desse mecanismo de classificação, atribuindo maior valor às formas de conhecimento produzidas pelo Ocidente e reduzindo outras racionalidades à condição de atraso ou inexistência.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que expressões como "deserto", amplamente utilizadas para caracterizar a Patagônia, e "vazio demográfico", frequentemente associadas à Amazônia, não possuíam caráter meramente descritivo. Tratava-se de categorias políticas cuidadosamente elaboradas para legitimar a expansão estatal, facilitar a apropriação das terras e transformar recursos naturais em mercadorias destinadas ao mercado internacional.

Mais do que apagar a presença indígena, essas narrativas produziram uma nova geografia do poder. Ao redefinir esses lugares como fronteiras disponíveis ao progresso, os Estados nacionais criaram as condições necessárias para implementar projetos econômicos que alterariam profundamente a configuração dessas regiões nas décadas seguintes. Foi nesse contexto que a floresta amazônica passou a ser integrada ao ciclo internacional da borracha, enquanto a Patagônia tornou-se alvo de campanhas militares, redistribuição fundiária e expansão agropecuária.

Essa transformação, entretanto, não ocorreu de forma pacífica. Ao contrário, inaugurou um período marcado por deslocamentos forçados, violência, epidemias, perda de autonomia e sucessivos conflitos fundiários cujos desdobramentos ainda permanecem presentes na realidade latino-americana. A compreensão dessas continuidades constitui passo indispensável para interpretar tanto os conflitos



contemporâneos quanto as diferentes formas de resistência protagonizadas pelos povos indígenas ao longo dos últimos séculos.

5 A INCORPORAÇÃO DO ACRE E DA PATAGÔNIA AOS PROJETOS NACIONAIS: VIOLÊNCIA, SOBERANIA E EXPANSÃO ECONÔMICA

A integração do Acre ao Brasil e da Patagônia à Argentina não pode ser compreendida apenas como consequência natural da expansão territorial dos respectivos Estados nacionais. Em ambos os casos, tratou-se de decisões políticas articuladas a interesses econômicos, estratégias geopolíticas e projetos de consolidação da soberania que redefiniram profundamente a ocupação dessas regiões. Embora ocorridos em contextos distintos, esses movimentos revelam padrões semelhantes de apropriação do espaço, caracterizados pela utilização da força, pela deslegitimação das formas indígenas de organização social e pela transformação da natureza em recurso estratégico para o desenvolvimento nacional.

Durante o século XIX, a constituição dos Estados latino-americanos esteve fortemente vinculada ao desafio de ocupar áreas consideradas periféricas. A consolidação das fronteiras era vista como requisito indispensável para assegurar reconhecimento internacional, ampliar a arrecadação fiscal e integrar novos recursos naturais às economias nacionais. Nesse cenário, regiões distantes dos grandes centros urbanos passaram a assumir importância crescente, não apenas pelo potencial econômico que apresentavam, mas também pelo valor simbólico que adquiriam na afirmação da soberania estatal.

Conforme observa Benedict Anderson (2008), toda nação constitui uma comunidade imaginada. Isso significa que o sentimento de pertencimento nacional não decorre exclusivamente da convivência direta entre seus habitantes, mas da construção de narrativas capazes de produzir uma identidade coletiva. No caso latino-americano, essas narrativas foram frequentemente associadas à necessidade de ocupar e integrar regiões apresentadas como incompletas, atrasadas ou ameaçadas por interesses estrangeiros.

Foi justamente essa lógica que orientou a incorporação do Acre ao território brasileiro. Na segunda metade do século XIX, a crescente valorização internacional da borracha provocou intensa migração de trabalhadores, sobretudo nordestinos, para a Amazônia ocidental. Embora a área pertencesse formalmente à Bolívia, milhares de brasileiros estabeleceram-se na região, impulsionando a expansão dos seringais e consolidando uma ocupação de fato que rapidamente passou a desafiar os limites diplomáticos então existentes.

A economia da borracha transformou radicalmente a dinâmica regional. Os rios amazônicos converteram-se em importantes corredores de circulação, enquanto extensas áreas da floresta passaram a integrar uma complexa rede de produção voltada ao mercado internacional. Entretanto, essa prosperidade foi construída sobre relações profundamente desiguais. O sistema seringalista baseava-se no endividamento



permanente dos trabalhadores, na concentração do poder econômico nas mãos dos seringalistas e na violenta incorporação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Segundo Martinello (1988), a expansão dos seringais não representou apenas uma transformação econômica, mas também uma reorganização completa das relações sociais na Amazônia. Povos indígenas foram expulsos de seus territórios, submetidos ao trabalho compulsório ou vítimas de epidemias e conflitos armados. Em muitos casos, aldeias inteiras desapareceram diante da rápida ocupação promovida pelos empreendimentos extrativistas.

Embora a historiografia tradicional tenha enfatizado o protagonismo dos chamados "heróis da Revolução Acreana", pesquisas mais recentes demonstram que esse episódio envolveu múltiplos interesses econômicos e geopolíticos. A atuação de Plácido de Castro, frequentemente celebrada como expressão do patriotismo brasileiro, esteve inserida em um contexto mais amplo de disputa pelo controle da produção gomífera, fundamental para o abastecimento da indústria internacional naquele momento.

A assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, encerrou oficialmente o conflito entre Brasil e Bolívia, incorporando o Acre ao território brasileiro mediante compensações financeiras e obras de infraestrutura, entre elas a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Sob a perspectiva diplomática, o acordo consolidou uma importante vitória brasileira. Entretanto, para as populações indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos seringalistas, pouco mudou. A mudança de soberania significou, sobretudo, a continuidade da perda de seus espaços tradicionais e o aprofundamento das formas de exploração impostas pelo novo ordenamento político.

Dinâmica semelhante pode ser observada na Patagônia argentina. Nas últimas décadas do século XIX, o governo nacional intensificou as campanhas militares destinadas à ocupação das terras situadas ao sul do rio Negro, iniciativa posteriormente conhecida como Conquista do Deserto. Sob o comando do general Julio Argentino Roca, milhares de soldados avançaram sobre áreas ocupadas por povos Mapuche, Tehuelche e Ranquel, promovendo deslocamentos forçados, massacres e a captura de inúmeras famílias indígenas.

Durante muito tempo, esse episódio foi apresentado pela historiografia oficial como um marco civilizatório responsável por integrar a Patagônia ao território argentino. A ideia de "deserto" desempenhou papel decisivo nessa narrativa, sugerindo que aquelas terras permaneciam praticamente desocupadas e aguardavam a chegada da civilização. Contudo, pesquisas recentes têm demonstrado que tal representação ocultava deliberadamente a existência de sociedades complexas, organizadas e plenamente integradas aos ecossistemas locais (Delrio, 2005).

Mais do que uma simples campanha militar, a Conquista do Deserto inaugurou uma profunda reorganização fundiária. Após a expulsão das populações indígenas, extensas áreas foram distribuídas a particulares, companhias privadas e investidores estrangeiros, impulsionando a expansão da pecuária ovina



e consolidando um novo modelo econômico para a região. Como observa Svampa (2019), essa redistribuição da terra constitui uma das bases históricas das desigualdades fundiárias ainda presentes na Argentina contemporânea.

Sob diferentes formas, tanto no Acre quanto na Patagônia, a incorporação desses espaços esteve diretamente associada ao avanço do capitalismo. A floresta amazônica passou a fornecer látex para a indústria mundial, enquanto as planícies austrais foram convertidas em áreas de produção agropecuária voltadas à exportação. Em ambos os casos, a reorganização econômica exigiu profundas transformações sociais, deslocando populações tradicionais e subordinando os recursos naturais às demandas do mercado internacional.

David Harvey (2005) interpreta esse tipo de fenômeno como expressão da **acumulação por espoliação**, mecanismo por meio do qual o capitalismo amplia continuamente suas bases materiais mediante a apropriação de terras, bens comuns e riquezas coletivas. Diferentemente da acumulação primitiva descrita por Marx como um evento restrito às origens do capitalismo, Harvey demonstra que esses processos continuam ocorrendo na contemporaneidade, renovando continuamente as formas de concentração econômica. A experiência vivida tanto na Amazônia quanto na Patagônia constitui um exemplo expressivo dessa dinâmica.

Entretanto, reduzir essas transformações exclusivamente à dimensão econômica seria insuficiente. A consolidação das novas fronteiras também dependeu da produção de símbolos, heróis nacionais e narrativas históricas capazes de conferir legitimidade às ações estatais. A Revolução Acreana passou a ocupar posição central na memória brasileira sobre a região, enquanto a Conquista do Deserto foi incorporada, durante décadas, como um dos principais marcos da formação territorial argentina. Em ambos os países, essas interpretações privilegiaram o protagonismo militar e político dos agentes estatais, relegando a segundo plano a experiência das populações indígenas diretamente afetadas por esses acontecimentos.

Nas últimas décadas, entretanto, esse quadro vem sendo progressivamente revisto. A ampliação dos estudos decoloniais, da história indígena e da história ambiental tem permitido reinterpretar esses episódios sob novas perspectivas, evidenciando que a formação dos Estados nacionais latino-americanos não pode ser compreendida sem considerar as múltiplas formas de violência, resistência e negociação que acompanharam a incorporação de suas fronteiras. Ao deslocar o foco analítico para os sujeitos historicamente invisibilizados, essas pesquisas contribuem para compreender que a consolidação territorial não resultou apenas da ação dos governos, mas também das disputas permanentes travadas por aqueles que buscaram preservar seus modos de vida diante da expansão estatal.

Essa mudança de perspectiva revela um aspecto fundamental para a compreensão do presente: muitos dos conflitos territoriais observados atualmente não representam fenômenos novos, mas expressam



a continuidade histórica de disputas iniciadas durante a formação dos próprios Estados nacionais. O avanço sobre terras indígenas, a exploração intensiva dos recursos naturais e a centralidade atribuída às fronteiras econômicas permanecem estruturando políticas públicas e projetos de desenvolvimento, ainda que agora revestidos por novos discursos relacionados à sustentabilidade, à segurança energética e à economia verde.

6 IMAGINÁRIOS NACIONAIS E A INVENÇÃO DAS PERIFERIAS: ENTRE A "SELVA", O "DESERTO" E AS FRONTEIRAS DA CIVILIZAÇÃO

A consolidação dos Estados nacionais não depende exclusivamente da definição de fronteiras jurídicas ou do controle militar sobre determinada área. Ela também exige a construção de narrativas capazes de produzir um sentimento de pertencimento coletivo e de atribuir significados específicos aos diferentes lugares que compõem o território nacional. Em outras palavras, antes mesmo de serem plenamente integradas sob o ponto de vista político ou econômico, determinadas regiões precisam ser incorporadas ao imaginário da nação.

Essa dimensão simbólica foi fundamental para a inserção tanto do Acre quanto da Patagônia nos projetos estatais brasileiro e argentino. Embora separados por milhares de quilômetros e marcados por características ambientais profundamente distintas, ambos foram representados como fronteiras extremas, lugares distantes dos centros de poder e destinados à missão civilizatória do Estado. Essas representações não surgiram espontaneamente; foram produzidas por discursos oficiais, relatos de viajantes, obras literárias, mapas, documentos governamentais e pela própria historiografia nacional.

Benedict Anderson (2008) afirma que toda nação constitui uma **comunidade imaginada**, construída por meio de símbolos, memórias compartilhadas e narrativas que permitem a indivíduos desconhecidos reconhecerem-se como integrantes de uma mesma coletividade. Esse imaginário, entretanto, não se distribui de maneira homogênea sobre o território. Algumas regiões tornam-se o centro da identidade nacional, enquanto outras são representadas como margens, periferias ou fronteiras a serem permanentemente integradas.

Foi exatamente esse movimento que marcou a história do Acre. Durante décadas, a Amazônia foi descrita como uma imensa floresta desconhecida, misteriosa e praticamente inacessível. Expressões como "sertão verde", "inferno verde" e "última fronteira" passaram a circular em diferentes discursos políticos e literários, reforçando a ideia de que aquele ambiente permanecia à espera da ação civilizadora do Estado. A exuberância da floresta, frequentemente exaltada, era acompanhada pela percepção de que seus recursos naturais precisavam ser incorporados ao projeto nacional de desenvolvimento.

Essa interpretação reduzia a complexidade amazônica a uma função essencialmente econômica. A floresta deixava de ser compreendida como espaço de vida para converter-se em patrimônio estratégico da nação. Os rios transformavam-se em vias de circulação de mercadorias; as árvores passavam a representar



reservas de riqueza; e os povos indígenas, quando mencionados, apareciam como obstáculos à modernização ou como personagens folclóricos inseridos em uma paisagem exótica.

Edward Said (1990), ao discutir a produção de representações sobre o Oriente, demonstra que determinadas regiões são frequentemente descritas a partir das necessidades políticas daqueles que as representam, e não da realidade vivida por seus habitantes. Embora seu objeto de estudo seja distinto, essa reflexão contribui para compreender como a Amazônia também foi transformada em uma espécie de "outro interno" do Brasil. A floresta passou a simbolizar simultaneamente abundância, perigo, atraso e promessa de riqueza, constituindo um imaginário que justificava sucessivas intervenções estatais.

Fenômeno semelhante ocorreu na Patagônia. Ao longo do século XIX, consolidou-se a imagem daquele vasto espaço austral como um "deserto", expressão que rapidamente ultrapassou sua dimensão geográfica para adquirir profundo significado político. O termo sugeria ausência de ocupação humana legítima, ocultando deliberadamente a presença histórica dos povos Mapuche, Tehuelche e Ranquel. A utilização dessa categoria não foi neutra. Ao caracterizar a região como vazia, o Estado argentino criava as condições simbólicas necessárias para legitimar sua ocupação militar.

Como observa Delrio (2005), a ideia de deserto produziu uma espécie de apagamento histórico, fazendo desaparecer do imaginário nacional populações que há séculos ocupavam aquelas terras. A violência empregada durante a Conquista do Deserto foi, dessa forma, revestida pelo discurso da integração nacional, convertendo uma campanha militar em símbolo da construção do Estado argentino.

Em ambos os casos, observa-se um mecanismo semelhante de produção simbólica. A floresta amazônica e as planícies patagônicas foram apresentadas como cenários naturais disponíveis para a ação estatal. Pouco importava que essas áreas fossem habitadas por diferentes povos, dotados de formas próprias de organização social e de vínculos históricos com seus ambientes. O imaginário nacional privilegiou a ideia de natureza vazia ou insuficientemente aproveitada, reduzindo a diversidade cultural à condição de invisibilidade.

Stuart Hall (2006) lembra que as identidades nacionais são continuamente produzidas por meio da seleção de memórias, personagens e acontecimentos considerados representativos da coletividade. Esse processo implica, inevitavelmente, escolhas sobre aquilo que será lembrado e aquilo que será esquecido. Assim, enquanto determinadas narrativas são incorporadas ao patrimônio simbólico da nação, outras permanecem marginalizadas ou simplesmente silenciadas.

Essa dinâmica pode ser observada na maneira como a Revolução Acreana e a Conquista do Deserto foram incorporadas às histórias oficiais de Brasil e Argentina. Ambas foram frequentemente apresentadas como episódios heroicos, responsáveis por ampliar as fronteiras nacionais e fortalecer a soberania estatal. Entretanto, durante muito tempo, pouca atenção foi dedicada às experiências vividas pelos povos indígenas,



pelos trabalhadores submetidos ao sistema seringalista ou pelas comunidades diretamente afetadas pelas campanhas militares.

A memória coletiva, portanto, não constitui um registro neutro do passado. Conforme afirma Le Goff (1990), recordar também significa selecionar. Os acontecimentos preservados pela história oficial refletem disputas políticas, interesses institucionais e projetos de poder que definem quais sujeitos ocuparão posição de destaque na narrativa nacional. Essa constatação explica por que, durante décadas, as populações indígenas permaneceram praticamente ausentes das versões oficiais sobre a formação territorial desses países.

Ao mesmo tempo, essas representações contribuíram para estabelecer uma divisão simbólica entre centro e periferia. Enquanto capitais como Buenos Aires e Rio de Janeiro passaram a representar a modernidade, o progresso e a civilização, regiões como Acre e Patagônia foram frequentemente associadas ao isolamento, à rusticidade e ao atraso. Essa hierarquia espacial produziu consequências duradouras, influenciando políticas públicas, investimentos econômicos e até mesmo a forma como essas regiões passaram a ser percebidas pelos próprios habitantes dos respectivos países.

Milton Santos (2006) observa que o espaço geográfico resulta da interação permanente entre objetos, ações e relações de poder. Não existem lugares naturalmente centrais ou periféricos; essas posições são produzidas historicamente por decisões políticas, econômicas e culturais. Sob essa perspectiva, Acre e Patagônia não nasceram periféricos. Tornaram-se periferias porque foram inseridos em uma divisão territorial do poder que concentrou infraestrutura, investimentos e capacidade decisória em determinados centros nacionais.

Essa reflexão aproxima-se da noção de **colonialidade do saber**, desenvolvida por Quijano (2005) e aprofundada por Walsh (2013). Segundo esses autores, a dominação colonial não se restringe à exploração econômica ou ao controle político. Ela também opera sobre as formas de produzir conhecimento, classificando determinados saberes como universais e relegando outros à condição de conhecimentos locais, tradicionais ou inferiores. Assim, os modos indígenas de compreender a floresta amazônica ou as paisagens patagônicas foram sistematicamente desqualificados diante das interpretações produzidas pelas instituições estatais e pela ciência ocidental.

Nas últimas décadas, entretanto, essas narrativas passaram a ser progressivamente questionadas. A ampliação dos estudos decoloniais, da história indígena e da ecologia política permitiu reconhecer que tanto a Amazônia quanto a Patagônia constituem espaços plurais, marcados por múltiplas territorialidades, memórias e formas de pertencimento. Essa mudança de perspectiva desloca o olhar da ideia de periferia para a compreensão dessas regiões como centros de produção de conhecimentos, experiências e alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante.



Ao reconhecer essa pluralidade, torna-se possível compreender que as representações de "selva", "deserto", "fim do mundo" ou "fronteira da civilização" não descrevem a realidade dessas regiões, mas revelam os interesses políticos que orientaram sua incorporação aos projetos nacionais. Em vez de simples cenários naturais, Acre e Patagônia constituem espaços historicamente disputados, onde diferentes concepções de mundo continuam confrontando-se em torno do direito à terra, à memória e à autodeterminação dos povos.

7 NEOEXTRATIVISMO E PERMANÊNCIAS COLONIAIS: NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO SOBRE ANTIGAS FRONTEIRAS

Embora mais de um século tenha transcorrido desde a incorporação do Acre ao Brasil e da Patagônia à Argentina, as lógicas que orientaram esses processos permanecem visíveis sob novas configurações. As campanhas militares deram lugar a grandes empreendimentos econômicos; as disputas diplomáticas foram substituídas por conflitos envolvendo infraestrutura, energia e mineração; entretanto, a compreensão desses espaços como áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional continua exercendo forte influência sobre as políticas públicas e sobre os modelos econômicos adotados pelos dois países.

Essa continuidade evidencia que a colonialidade não representa apenas um fenômeno do passado. Conforme argumenta Quijano (2005), trata-se de uma racionalidade que atravessa a modernidade e reorganiza continuamente as relações entre sociedade, economia e natureza. Assim, mesmo quando os discursos oficiais passam a utilizar conceitos como sustentabilidade, desenvolvimento regional ou economia verde, muitas das práticas implementadas reproduzem padrões históricos de concentração de riqueza e de subordinação das populações locais.

Nesse contexto, Maristella Svampa (2019) propõe a categoria **neoextrativismo** para explicar a nova fase do capitalismo latino-americano. Segundo a autora, desde o início do século XXI consolidou-se um modelo econômico baseado na intensificação da exploração de recursos naturais em larga escala, impulsionado pela crescente demanda internacional por commodities agrícolas, minerais e energéticas. Diferentemente do extrativismo clássico, o neoextrativismo incorpora sofisticados discursos de responsabilidade ambiental e inclusão social, embora mantenha a mesma lógica de dependência econômica e forte impacto socioambiental.

No Acre, essa transformação pode ser observada na substituição gradual da economia gomífera por um conjunto diversificado de atividades voltadas ao mercado global. A exploração madeireira, a expansão da pecuária, o avanço da soja em áreas próximas à fronteira amazônica, os projetos de infraestrutura logística e, mais recentemente, os mercados de carbono passaram a reorganizar a economia regional. Ainda que apresentem características distintas, essas iniciativas compartilham um elemento comum: a permanência da floresta como ativo estratégico para interesses externos.



A própria linguagem utilizada para justificar esses empreendimentos sofreu profundas alterações. Se durante o ciclo da borracha predominavam argumentos relacionados ao progresso e à integração nacional, atualmente ganham destaque expressões como bioeconomia, serviços ecossistêmicos, ativos ambientais e créditos de carbono. Embora representem importantes avanços na incorporação da agenda climática às políticas públicas, esses conceitos também suscitam questionamentos quando utilizados para transformar funções ecológicas em mercadorias negociadas no mercado financeiro internacional.

Eduardo Gudynas (2015) observa que muitos projetos classificados como sustentáveis continuam subordinando a natureza à lógica da acumulação econômica. A diferença reside no fato de que a floresta deixa de ser explorada apenas por aquilo que produz materialmente — madeira, borracha ou minérios — para ser valorizada também pelos serviços ambientais que oferece, como armazenamento de carbono, conservação da biodiversidade e regulação climática. Em ambos os casos, entretanto, permanece a tendência de converter elementos essenciais da vida em ativos econômicos.

Alberto Acosta (2016) amplia essa crítica ao afirmar que a crise ambiental contemporânea exige superar a própria ideia de crescimento ilimitado. Para o autor, a natureza não pode ser reduzida à condição de fornecedora de recursos para a economia. Inspirado nas cosmovisões andinas, propõe o conceito de **Bem Viver**, segundo o qual desenvolvimento e qualidade de vida devem ser compreendidos a partir das relações de equilíbrio entre seres humanos, comunidades e ambiente, e não exclusivamente por indicadores econômicos.

Na Patagônia, as transformações econômicas seguiram trajetória distinta, mas produziram efeitos semelhantes. Após a consolidação da ocupação militar, a região tornou-se importante área de expansão da pecuária ovina e, posteriormente, da exploração petrolífera e gasífera. Nas últimas décadas, novos empreendimentos relacionados à mineração, à geração de energia e à exploração de hidrocarbonetos, especialmente na formação geológica de Vaca Muerta, recolocaram a Patagônia no centro das estratégias energéticas argentinas.

Esses investimentos ampliaram significativamente a importância econômica da região, mas também intensificaram conflitos envolvendo comunidades Mapuche, organizações ambientalistas e grandes empresas do setor energético. Diversos estudos apontam que a instalação desses empreendimentos alterou paisagens, afetou cursos d'água, ampliou a pressão sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas e provocou novas disputas fundiárias (Svampa, 2019).

Percebe-se, portanto, que tanto no Acre quanto na Patagônia a riqueza natural continua desempenhando papel central na inserção dessas regiões na economia mundial. O que mudou não foi a lógica de exploração, mas os recursos considerados estratégicos em cada período histórico. A borracha cedeu espaço ao carbono, à madeira certificada e à biodiversidade; a lã ovina passou a dividir protagonismo com o petróleo, o gás natural e minerais críticos para a transição energética global. Permanecem, contudo,



as mesmas tensões entre crescimento econômico, conservação ambiental e garantia dos direitos das populações locais.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012) chama atenção para o fato de que a natureza latino-americana historicamente foi percebida como uma fronteira permanente de acumulação. Segundo o autor, essa visão impede o reconhecimento de outras formas de relação com o ambiente, especialmente aquelas desenvolvidas por povos indígenas e comunidades tradicionais. Ao privilegiar exclusivamente o valor econômico da floresta, dos rios ou das montanhas, reduz-se a complexidade desses lugares a uma função produtiva, desconsiderando sua dimensão cultural, espiritual e histórica.

Essa crítica dialoga diretamente com Arturo Escobar (2014), para quem os conflitos ambientais contemporâneos representam, na realidade, disputas entre diferentes formas de compreender o mundo. De um lado, encontra-se a racionalidade moderna, orientada pela expansão dos mercados e pela apropriação dos recursos naturais. De outro, permanecem formas de vida que compreendem o ambiente como espaço de pertencimento, memória e continuidade da existência coletiva. Assim, os conflitos não dizem respeito apenas ao uso da terra, mas ao confronto entre projetos civilizatórios distintos.

No Acre, essa tensão manifesta-se em debates sobre demarcação de terras indígenas, manejo florestal, pagamento por serviços ambientais e expansão da infraestrutura rodoviária. Na Patagônia, questões semelhantes emergem nas discussões envolvendo mineração, exploração de hidrocarbonetos, turismo de grande escala e reconhecimento dos direitos territoriais do povo Mapuche. Embora cada realidade apresente especificidades históricas, ambas evidenciam que a disputa pelo controle dos recursos naturais permanece intimamente ligada às formas de produção do espaço inauguradas durante a formação dos Estados nacionais.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que o neoextrativismo não representa uma ruptura com o passado colonial. Ao contrário, constitui sua atualização. As justificativas modificam-se, as tecnologias tornam-se mais sofisticadas e os atores econômicos adquirem dimensão global, mas persiste a ideia de que determinadas regiões existem prioritariamente para fornecer riquezas ao restante da sociedade. Essa permanência demonstra que as fronteiras outrora conquistadas militarmente continuam sendo incorporadas ao capitalismo por meio de novas estratégias de apropriação.

Mais do que denunciar essas continuidades, entretanto, é necessário reconhecer que tais regiões também se transformaram em importantes espaços de produção de alternativas. A ampliação das mobilizações indígenas, o fortalecimento das organizações socioambientais e a valorização dos conhecimentos tradicionais revelam que Acre e Patagônia deixaram de ocupar apenas a condição de periferias econômicas para assumir papel relevante nos debates internacionais sobre justiça ambiental, mudanças climáticas e direitos dos povos originários. É justamente nessas experiências que emergem possibilidades concretas de construção de modelos de desenvolvimento capazes de conciliar proteção da



biodiversidade, reconhecimento da diversidade cultural e democratização das decisões sobre o futuro desses territórios

8 MEMÓRIA, RESISTÊNCIAS E NOVAS TERRITORIALIDADES: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS PARA O ACRE E A PATAGÔNIA

Os conflitos que atualmente atravessam o Acre e a Patagônia não representam apenas disputas por terra, recursos naturais ou reconhecimento jurídico. Em sua dimensão mais profunda, expressam diferentes maneiras de compreender o mundo e de estabelecer relações com a natureza, com a história e com a própria ideia de desenvolvimento. Ao lado dos interesses econômicos que continuam pressionando essas regiões, consolidam-se movimentos que reivindicam outras formas de existir, produzindo novas leituras sobre o passado e propondo alternativas para o futuro.

Nas últimas décadas, as mobilizações indígenas deixaram de ocupar posição marginal no debate público para assumir papel central nas discussões sobre democracia, direitos humanos e justiça ambiental. Esse protagonismo não resulta apenas da ampliação dos mecanismos legais de proteção às populações tradicionais, mas também da crescente valorização dos conhecimentos produzidos por esses povos, cujas experiências têm contribuído para questionar os limites do modelo desenvolvimentista predominante na América Latina.

Catherine Walsh (2013) afirma que a decolonialidade não deve ser compreendida apenas como uma crítica ao colonialismo histórico. Trata-se, sobretudo, de uma prática permanente de resistência que emerge das experiências cotidianas dos sujeitos historicamente subalternizados. Sob essa perspectiva, os povos indígenas não ocupam apenas a posição de vítimas da colonização, mas tornam-se produtores de conhecimentos capazes de desafiar as formas hegemônicas de pensar o Estado, a economia, a educação e a própria relação entre sociedade e natureza.

Essa compreensão modifica profundamente a maneira como se interpretam os conflitos contemporâneos. Em vez de reduzir as reivindicações indígenas a disputas fundiárias, torna-se necessário reconhecer que esses movimentos questionam as bases epistemológicas sobre as quais foram construídos os projetos nacionais latino-americanos. O que está em discussão não é apenas quem possui determinado pedaço de terra, mas quais concepções de mundo orientarão o futuro desses lugares.

No Acre, essa transformação pode ser observada no fortalecimento das organizações indígenas, na ampliação dos processos de gestão territorial e ambiental e na crescente participação dessas comunidades em espaços de formulação de políticas públicas. Povos como Huni Kuĩ, Ashaninka, Yawanawá, Puyanawa e Nawa passaram a desempenhar papel ativo na defesa de seus direitos territoriais, mas também na valorização de seus idiomas, de suas práticas culturais e de seus conhecimentos sobre a floresta.



Ao mesmo tempo, essas comunidades vêm demonstrando que a conservação ambiental não pode ser dissociada da permanência dos povos que historicamente contribuíram para a manutenção da biodiversidade amazônica. Diversos estudos evidenciam que as terras indígenas apresentam alguns dos menores índices de desmatamento da Amazônia brasileira, revelando que a proteção da floresta está diretamente relacionada ao reconhecimento dos direitos desses povos (ISA, 2023; IPAM, 2022). Essa constatação desafia antigas interpretações segundo as quais a presença humana representaria, necessariamente, ameaça aos ecossistemas naturais.

Na Patagônia, movimento semelhante ocorre com as comunidades Mapuche, que têm reivindicado não apenas a regularização fundiária, mas o reconhecimento de formas próprias de organização política, cultural e espiritual. Suas mobilizações questionam a narrativa construída desde a Conquista do Deserto, evidenciando que a ocupação militar não eliminou os vínculos históricos estabelecidos entre esses povos e seus territórios ancestrais. Ao reivindicarem autonomia e respeito às suas formas de vida, os Mapuche colocam em debate os próprios fundamentos sobre os quais se estruturou a formação do Estado argentino.

Essas experiências demonstram que a memória constitui um elemento fundamental das disputas contemporâneas. Le Goff (1990) observa que recordar nunca significa apenas recuperar acontecimentos passados; trata-se também de disputar sentidos sobre o presente. Assim, a valorização das narrativas indígenas rompe com versões oficiais que, durante décadas, privilegiaram exclusivamente os feitos militares e políticos da expansão nacional. Ao recuperar histórias silenciadas, essas comunidades produzem novas interpretações sobre a formação da América Latina.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Paul Ricoeur (2007), para quem memória, história e esquecimento mantêm relações profundamente políticas. O esquecimento não ocorre apenas pela ausência de registros, mas também por escolhas deliberadas acerca do que deve ser lembrado. Durante muito tempo, a historiografia oficial celebrou personagens ligados à expansão territorial, enquanto relegava ao silêncio aqueles que sofreram diretamente seus efeitos. A emergência de novas narrativas representa, portanto, um movimento de democratização da memória coletiva.

No entanto, limitar a análise à dimensão memorial seria insuficiente. As resistências indígenas também produzem novos modos de pensar a organização do espaço. Rogério Haesbaert (2004) argumenta que diferentes grupos constroem múltiplas territorialidades, frequentemente sobrepostas e coexistentes. Essa interpretação permite compreender que o território não pertence exclusivamente ao Estado, mas resulta da convivência — muitas vezes conflituosa — entre diferentes projetos sociais.

Arturo Escobar (2014) amplia essa discussão ao propor a ideia de **territórios de vida**, expressão que procura evidenciar a inseparabilidade entre ambiente, cultura e existência coletiva. Segundo o autor, muitas comunidades tradicionais não percebem seus territórios apenas como suporte físico para atividades econômicas. Eles representam lugares de memória, espiritualidade, identidade e reprodução cultural. A



perda desses espaços, portanto, implica também o comprometimento das condições necessárias para a continuidade da própria comunidade.

Essa compreensão torna-se particularmente relevante diante da intensificação da crise climática global. Nos últimos anos, o conhecimento produzido por povos indígenas passou a ocupar posição de destaque em organismos internacionais, universidades e fóruns ambientais. A experiência acumulada por essas populações na gestão dos ecossistemas demonstra que alternativas ao modelo de exploração intensiva dos recursos naturais já existem e vêm sendo praticadas há séculos.

Ailton Krenak (2019) afirma que uma das maiores limitações da sociedade contemporânea consiste em acreditar que humanidade e natureza constituem esferas independentes. Essa separação, segundo o autor, encontra-se na origem de boa parte da crise ecológica atual. Ao compreender os rios, as montanhas e as florestas como sujeitos de existência e não apenas como recursos econômicos, os povos indígenas oferecem importantes contribuições para repensar as formas de desenvolvimento predominantes na modernidade.

Essa reflexão adquire especial significado quando observada à luz das experiências do Acre e da Patagônia. Embora frequentemente classificados como periferias nacionais, ambos os espaços tornaram-se importantes laboratórios de produção de alternativas socioambientais. Neles, coexistem iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, projetos de gestão territorial participativa, fortalecimento das línguas indígenas, recuperação de memórias históricas e ampliação do diálogo intercultural. Essas experiências demonstram que a periferia, frequentemente concebida como lugar de atraso, pode transformar-se em centro de inovação política, cultural e ambiental.

Desse modo, a análise comparativa desenvolvida neste estudo permite compreender que Acre e Patagônia não compartilham apenas trajetórias marcadas pela violência da expansão estatal. Compartilham, igualmente, experiências de resistência que desafiam as permanências coloniais e apontam para outras formas de organização da vida coletiva. Ao reconhecer essas experiências, desloca-se o foco da narrativa histórica: em vez de observar essas regiões apenas como objetos da ação estatal, passa-se a compreendê-las como sujeitos ativos na construção de novos horizontes para a América Latina.

Essa mudança de perspectiva talvez constitua uma das principais contribuições da abordagem decolonial. Ao romper com interpretações centradas exclusivamente nos projetos nacionais, ela permite reconhecer que os conhecimentos produzidos nas margens possuem potencial para reorientar debates sobre democracia, justiça ambiental e desenvolvimento. Mais do que espaços de exploração econômica, Acre e Patagônia revelam-se territórios onde diferentes racionalidades continuam disputando os sentidos do passado, do presente e das possibilidades de futuro.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa desenvolvida neste estudo permitiu demonstrar que os processos de incorporação do Acre ao Brasil e da Patagônia à Argentina apresentam convergências que ultrapassam a simples expansão territorial dos Estados nacionais. Embora inseridos em contextos históricos distintos, ambos revelam a constituição de projetos estatais que articularam interesses econômicos, estratégias geopolíticas e narrativas de soberania para integrar regiões consideradas periféricas às dinâmicas do capitalismo nacional e internacional.

Ao longo do trabalho, verificou-se que a ocupação dessas áreas foi precedida pela construção de discursos que legitimaram a intervenção estatal. A Amazônia passou a ser representada como uma fronteira natural destinada ao progresso, enquanto a Patagônia foi reiteradamente descrita como um deserto disponível para a civilização. Essas representações não corresponderam à realidade histórica, mas desempenharam função política essencial ao invisibilizar a presença dos povos originários e justificar sua exclusão dos projetos nacionais.

A perspectiva decolonial adotada permitiu compreender que esses discursos integraram um padrão mais amplo de produção da colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme formulado por Aníbal Quijano e aprofundado por Walter D. Mignolo e Catherine Walsh. A formação dos Estados nacionais latino-americanos não implicou a superação das estruturas coloniais, mas sua reconfiguração sob novas formas institucionais, jurídicas e econômicas. A consolidação das fronteiras nacionais foi acompanhada pela imposição de hierarquias raciais, epistemológicas e territoriais que continuam influenciando as relações entre Estado, mercado e povos indígenas.

A comparação entre Acre e Patagônia evidenciou, ainda, que os mecanismos de exploração econômica sofreram transformações ao longo do tempo, sem romper completamente com as racionalidades que orientaram sua origem. O ciclo da borracha, a expansão da pecuária, a mineração, a exploração de hidrocarbonetos, os mercados de carbono e outros empreendimentos contemporâneos demonstram que essas regiões permanecem inseridas em sucessivos ciclos de valorização econômica vinculados às demandas do mercado global. Mudam os produtos considerados estratégicos, mas persistem tensões relacionadas à apropriação da natureza, à concentração fundiária e à restrição dos direitos territoriais de populações tradicionais.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou que essas regiões não podem ser reduzidas à condição de espaços subordinados às decisões estatais ou aos interesses econômicos. O fortalecimento das organizações indígenas, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a emergência de novas formas de gestão territorial demonstram que Acre e Patagônia constituem importantes centros de produção de alternativas políticas, culturais e ambientais. As experiências desenvolvidas por povos indígenas, comunidades



tradicionais e organizações locais oferecem contribuições relevantes para os debates contemporâneos sobre justiça ambiental, mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e democratização das políticas públicas.

Sob esse aspecto, um dos principais resultados deste estudo consiste em deslocar o olhar analítico das narrativas tradicionais sobre conquista e integração territorial para uma interpretação centrada nas disputas em torno da produção do espaço, da memória e do conhecimento. Acre e Patagônia deixam de ser compreendidos apenas como periferias geográficas dos respectivos Estados nacionais para serem reconhecidos como territórios onde diferentes racionalidades continuam disputando os sentidos do desenvolvimento, da soberania e da própria democracia.

Essa interpretação permite sustentar que as permanências coloniais observadas na América Latina não decorrem exclusivamente da continuidade de desigualdades econômicas, mas também da persistência de formas de pensamento que ainda classificam determinados povos, saberes e territórios como inferiores ou secundários. Consequentemente, superar tais permanências exige não apenas reformas institucionais, mas o reconhecimento da pluralidade epistemológica que caracteriza as sociedades latino-americanas.

Do ponto de vista metodológico, a opção pela abordagem comparativa demonstrou-se particularmente fecunda ao evidenciar que experiências historicamente tratadas de maneira isolada compartilham estruturas semelhantes de formação territorial, exploração econômica e resistência social. A aproximação entre Amazônia acreana e Patagônia amplia as possibilidades de diálogo entre a historiografia brasileira e argentina, contribuindo para uma compreensão mais integrada dos processos de construção dos Estados nacionais no continente.

Como limitações da pesquisa, reconhece-se que a amplitude temporal e espacial analisada impôs escolhas quanto aos episódios e às fontes privilegiadas. A diversidade interna dos povos indígenas, as especificidades locais de cada região e as diferentes trajetórias institucionais dos dois países oferecem inúmeras possibilidades de aprofundamento que extrapolam os objetivos deste estudo. Investigações futuras poderão ampliar essa abordagem mediante pesquisas de campo, história oral, análises documentais mais extensas e estudos comparativos envolvendo outras regiões fronteiriças da América Latina.

Por fim, conclui-se que compreender Acre e Patagônia a partir de uma perspectiva decolonial significa reconhecer que esses espaços não representam margens da história latino-americana, mas lugares privilegiados para interpretar as permanências e transformações que marcaram a formação dos Estados nacionais. Ao revelar a coexistência entre violência histórica, exploração econômica, resistência indígena e produção de novos conhecimentos, esta pesquisa procura contribuir para o fortalecimento de interpretações que reconheçam a diversidade de experiências que constituem a América Latina e reafirmem a centralidade dos povos originários na construção de futuros mais democráticos, plurais e ambientalmente sustentáveis.



REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- DELRIO, Walter. **Memorias de expropiación**: sometimiento e incorporación indígena en la Patagonia (1872–1943). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos**: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial**. Rio Branco: EDUFAC, 1988.
- MIGNOLO, Walter D. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell, 2005.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Elefante, 2019.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013.